

**PROJETO DE LEI Nº                      , DE 2009.**  
**(Do Sr. Jefferson Campos)**

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a circulação de veículos utilizados no transporte público coletivo alternativo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera os arts. 61 e 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a circulação de veículos utilizados no transporte público coletivo alternativo.

Art. 2º O art. 61 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. ....  
 .....  
 II - .....  
 a) .....

*2) noventa quilômetros por hora, para ônibus, microônibus e veículos utilizados no transporte público coletivo alternativo;*  
 .....”(NR)

Art. 3º O art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 105. ....  
 .....  
 II – *para os veículos de transporte e de condução escolar, os de transporte de passageiros com mais de cinco lugares e os de carga com peso bruto total superior a quatro mil, quinhentos e trinta e seus quilogramas, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;*  
 .....”(NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

É comum ver-se nas cidades os veículos utilizados no transporte público alternativo de passageiros circularem em condições que comprometem a segurança do trânsito, desenvolvendo velocidade incompatível com a permitida para a via, além de manobras arriscadas nos pontos de paradas.

Impõe-se a presença do ente estatal responsável pela prestação do serviço público, fiscalizando, de forma, regular e severa, o cumprimento da legislação existente.

Se utilizado para o mesmo fim, transporte público coletivo de passageiros, aos veículos devem ser impostas as mesmas exigências, independente de suas dimensões e potência, sejam vans e kombis do transporte alternativo, sejam ônibus e microônibus de transporte convencional.

Assim, deve-se exigir dos veículos utilizados no transporte público alternativo a velocidade de 90 Km/h nas rodovias, como também o tacógrafo como equipamento obrigatório, para facilitar os procedimentos de fiscalização.

Com as alterações propostas ao Código de Trânsito Brasileiro, pretende-se nivelar a prestação dos serviços de transporte público coletivo de passageiros alternativo e convencional a um mesmo patamar de segurança, beneficiando à população usuária.

Tendo em vista um trânsito seguro e responsável, contamos com o apoio dos nossos Pares pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2009.

**JEFFERSON CAMPOS**

DEPUTADO FEDERAL PTB/SP